

O risco de um novo apagão

Com investimentos em baixa, cresce a ameaça de outro racionamento no país

Gustavo Paul



Sem expansão das linhas de transmissão e distribuição, setor elétrico pode ser obstáculo para o crescimento (na foto, subestação da CPFL)

Logo após o racionamento de energia de 2001, várias empresas anunciaram a intenção de construir as próprias usinas hidrelétricas como forma de evitar novas surpresas. O regime de autoprodução -- a geração de energia para o consumo da própria empresa -- parecia ser uma saída interessante para parte da indústria brasileira. No biênio 2001-2002, empresas como Vale do Rio Doce, Alcoa, CSN e Votorantim ganharam licença para construir 15 hidrelétricas. Infelizmente, o roteiro de um filme que parecia promissor desandou. Das 15 usinas previstas, pelo menos sete estão paradas. Algumas empresas tentam agora devolver as licenças obtidas para a construção. A Vale, por exemplo, quer vender sua participação em duas hidrelétricas que não saíram do papel. A empresa também integra um consórcio para a construção de uma terceira obra, a usina Santa Isabel, em Goiás, em conjunto com Camargo Corrêa, Votorantim, BHP Billiton e Alcoa -- outro investimento que volta para a gaveta. "A realidade nua e crua é que os investimentos pararam", diz Cláudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE). "O país pode começar a se preparar para um novo apagão."

A rentabilidade baixa é um dos problemas que envolvem projetos de hidrelétricas. Atraídas pelos leilões, empresas entenderam que seria um bom negócio investir 12 bilhões de reais na construção de usinas. Em plena ressaca do racionamento, a lógica era simples. Com dinheiro no bolso, os empresários que dependem de energia para tocar seus negócios iriam investir em usinas próprias, aumentar a capacidade de geração do país e evitar sustos no futuro. O que eles não previram foi o risco regulatório brasileiro: as regras existentes na época das licitações foram alteradas pelo novo modelo do setor, patrocinado pela então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, hoje na Casa Civil. Até 2002, ganhava a licença para construir uma usina quem ofertasse o maior ágio pelo direito de usar o rio onde seria construída a hidrelétrica. Por exemplo, no caso da Usina da Pedra do Facão, em Goiás, o sobrepreço oferecido pelo consórcio formado por Alcoa, Votorantim e Cimento Itambé chegou a 3 000%.

Já o modelo atual prevê a vitória nos leilões de quem ofertar a menor tarifa. Como resultado, o preço do megawatt das usinas licitadas até a entrada em vigor do novo modelo acabou ficando muito acima do preço dos novos leilões. No final das contas, fica mais barato comprar a energia gerada pelos novos fornecedores do que construir hidrelétricas próprias. "A situação é surreal. O autoprodutor está investindo numa usina cuja energia vai ficar mais cara que a existente no mercado", diz Mário Menel, presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica (Abiape). "É melhor abandonar os investimentos e simplesmente comprar a energia de terceiros." Explica-se, assim, por que tantas empresas querem devolver ao governo as licenças para construir hidrelétricas -- os projetos deixaram de fazer sentido econômico.

A situação não seria grave se existisse a garantia de que haverá investidores interessados em produzir energia pelo modelo novo. Nesse caso, as empresas simplesmente deixariam de produzir a própria energia e passariam a comprá-la no mercado. O problema é que os novos investidores têm mostrado pouco apetite para aplicar dinheiro em obras segundo as regras do novo modelo. Muitos analistas temem o pior dos mundos -- um naufrágio tanto da autoprodução quanto dos novos investimentos. Esse ambiente de indefinição se traduz numa atitude de cautela por parte do empresariado, que reluta em aplicar bilhões em obras de longa maturação sem ter claro se está fazendo um bom negócio. Cedo ou tarde, o problema tende a ser resolvido -- não é razoável imaginar que nada será feito para atender à demanda, que deverá continuar a crescer. Mas esse período de incerteza pode custar caro, já que uma nova hidrelétrica leva pelo menos quatro anos para ficar pronta.

No caso das usinas já em construção, não é possível parar a obra e perder o dinheiro aplicado. Por isso, as empresas querem uma forma de tornar o investimento novamente rentável. Representantes de várias associações do setor elétrico estão discutindo com os Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia maneiras de desatar o nó. "Sem uma boa solução teremos um passivo grande no setor e ficaremos todos amarrados", diz Luiz Fernando Vianna, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine). "Seria ruim para todos, inclusive para o governo." O que também está em jogo, dizem os empresários, é a competitividade de parte das exportações brasileiras. "Os produtores de commodities ficarão em desvantagem com seus concorrentes internacionais", diz Otávio Rezende, presidente da Votorantim Energia, grupo que investiu 2,5 bilhões de reais em usinas para seu próprio consumo, tem cinco em construção e quatro só na planta.

A mesma incerteza nas regras do jogo impera no terreno ambiental -- a obtenção de licença para tocar os projetos virou uma verdadeira selva. Em tese, a concessão de licença ambiental prévia para uma usina deveria ser a garantia de que a obra pode ser tocada sem problemas. Na prática, não há como saber se novas dores de cabeça surgirão ao longo do caminho. Resultado: a maioria das usinas licitadas está parada por problemas relativos ao meio ambiente. Caso exemplar é o da Usina Barra Grande, na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que custou 1,5 bilhão de reais ao consórcio formado por Votorantim, Vale Sul Alumínio e Camargo Corrêa. O custo para obras socioambientais foi previsto inicialmente em 100 milhões de reais, mas poderá ultrapassar a marca de 280 milhões. Ao longo da construção, descobriu-se a existência de uma floresta de araucária, não prevista na licença prévia dada pelo Ibama.

Pelo menos nesse caso, governo e empresários estão de acordo. É consenso que a lei de crime ambiental deixa em situação vulnerável qualquer funcionário de órgão que conceda uma licença. "Uma decisão polêmica, ainda que tomada de boa-fé, pode levar o licenciador para a cadeia", diz Jerson Kelman, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Na prática, essa situação faz com que os funcionários adotem uma postura extremamente defensiva, ainda que a custo de paralisar obras país a fora. Segundo Kelman, é preciso aprovar um novo código ambiental que seja menos draconiano. Enquanto isso não vem, os empresários buscam garantias de que tudo o que for previsto não será alterado depois. "Queremos previsibilidade de custos", diz Mário Menel, da Abiape. "Sem isso, fica impossível trabalhar."

Os problemas vividos por empresas como Vale ou Votorantim são parte de um imbróglio maior. As 15 usinas licitadas para autoprodução faziam parte de um pacote de 44 novas hidrelétricas previstas pela Aneel, suficientes para ampliar a produção de energia em 9 000 megawatts. Essas obras eram tidas como vitais para afastar de vez os problemas energéticos. Desse total, 23 nem sequer foram iniciadas e quatro estão paradas, o que representa 55% da energia esperada. O fantasma do apagão volta a rondar a economia brasileira.

Por que pode faltar energia
14 bilhões de reais é quanto o Brasil precisaria investir anualmente
4 bilhões de reais por ano é a média atual de investimento
27 projetos de usinas não saíram do papel ou estão com as obras paradas
Conclusão : Os especialistas já falam no risco de haver apagão em 2009
Fontes: Aneel, Casa Civil da Presidência da República, CBIEE